



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2715 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 13 - Educação Fundamental

## EXCELÊNCIA? INDICADORES DE QUALIDADE E DECISÕES AVALIATIVAS

Crizan Sasson Corrêa de Oliveira - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### EXCELÊNCIA? INDICADORES DE QUALIDADE e DECISÕES AVALIATIVAS

#### Resumo

Este artigo analisa como os diversos indicadores que se formularam como resultados de ações de avaliação se desenvolvem no interior de um Instituto de Aplicação (IAP) sustentando a legitimidade da instituição considerada de excelência, de tal modo que, demanda novos desdobramentos. No texto apresento um recorte das análises realizadas sobre as divulgações públicas de comunicações impressas de discursos em defesa da excelência. Discursos legitimados socialmente que orientam processos de construção da cultura avaliativa e que justificam processos de exclusão em curso na instituição, alimentando padrões de desempenho e sentidos de qualidade. A proposta traz o diálogo dos procedimentos de avaliação com os processos de democratização da escola pública ao articular a reflexão considerando a necessidade de discutir a qualidade da educação para as classes populares.

### EXCELÊNCIA? INDICADORES DE QUALIDADE e DECISÕES AVALIATIVAS

#### Resumo

Este artigo analisa como os diversos indicadores que se formularam como resultados de ações de avaliação se desenvolvem no interior de um Instituto de Aplicação (IAP) sustentando a legitimidade da instituição considerada de excelência, de tal modo que, demanda novos desdobramentos. No texto apresento um recorte das análises realizadas sobre as divulgações públicas de comunicações impressas de discursos em defesa da excelência. Discursos legitimados socialmente que orientam processos de construção da cultura avaliativa e que justificam processos de exclusão em curso na instituição, alimentando padrões de desempenho e sentidos de qualidade. A proposta traz o diálogo dos procedimentos de avaliação com os processos de democratização da escola pública ao articular a reflexão considerando a necessidade de discutir a qualidade da educação para as classes populares.

**Palavras-chave:** Educação de excelência, Avaliação, Qualidade.

### EXCELÊNCIA? INDICADORES DE QUALIDADE e DECISÕES AVALIATIVAS

Escrevo este artigo em um momento de grande ebulição para o movimento social de resistência e em especial no movimento de redimensionamento curricular[1] de um Instituto de Aplicação (IAP)[2] vinculado à uma universidade do Estado do Rio de Janeiro, que recentemente viveu em curso uma longa greve, com mobilização docente e apoio da população, em torno de uma pauta de reivindicações que iniciava pelas condições salariais, mas que refletia para além da estrutura política do Estado do Rio de Janeiro, trazendo questões que explicitaram uma disputa em relação ao conceito de qualidade de ensino e dos processos para alcançá-la em meio à chamada "crise do Estado". Após o final da greve, período de resistência, permanecemos em luta, porém, retomamos as atividades regulares com efeitos como: o atraso letivo de todo o calendário de 2016, 2017, 2018 e consecutivamente de 2019 e 2020, o cancelamento de parte das matrículas, reservas de vaga, desistência de estudantes, redimensionamento curricular e mais recentemente, em abril de

2018, o primeiro concurso de transferência para o preenchimento de vagas ociosas da instituição.

Além de tais mudanças, novas configurações que compõem a escola também apareceram no decorrer dos últimos anos, como a Lei Estadual nº 5.488/2009, que permite a mudança da idade de ingresso no *ensino fundamental de sete para seis anos* completos até 31 de dezembro do ano corrente, o recente cumprimento à Lei Estadual nº 6434/2013, que dispõe sobre o sistema de cotas para a universidade, em relação ao Instituto de Aplicação, que ficam reservados para os *candidatos comprovadamente carentes*, a aprovação de uma nova reestruturação dos critérios avaliativos da instituição, através da *retirada de possibilidade do jubramento* de estudantes reprovados dois anos consecutivos através da nova portaria de avaliação aprovada em 2017 e a *nova configuração do quadro de funcionários efetivos* com os últimos concursos públicos. Tais transformações significativas reconfiguram o contexto em que a instituição passou a se constituir.

Com uma trajetória histórica de reconhecimento social que a nomeia como “instituição de excelência”, contextualizando-a a partir dos movimentos avaliativos como: avaliações externas, olimpíadas nacionais, aprovações em vestibulares e projetos internacionais, divulgados publicamente como exitosa para os alunos que ali estudam, a instituição passa e passará por modificações substanciais que tornam ainda mais complexas as demandas que estão por vir. Ponderações que perpassam os movimentos avaliativos, os sentidos em disputa, as metas de qualidade, a rede de relações, o poder de declarar quem fracassa e quem tem êxito e as diversas apropriações das perspectivas instrumentais e críticas de excelência, ao analisar, por exemplo, a que “custo” uma escola é nomeada de “excelência”?

Temos cada vez mais a necessidade de discutir a avaliação das aprendizagens em meio aos processos de verticalização e integralização dos diferentes conteúdos que compõem o núcleo curricular proposto pela instituição. Faz-se necessária uma perspectiva plural da concepção de avaliação em que exista o diálogo com a diferença ao articular práticas escolares coerentes com os contextos em que se concretizam, ou seja, analisar como a trajetória e os procedimentos de avaliações estandardizadas e reforçadas comunicações impressas, tornam-se “comprovações públicas” de excelência, sem considerar a necessidade de discutir a qualidade para as classes populares, ao questionar o lugar que ocupam os discursos públicos de excelência desconsiderando outros percursos. Tal proposta questiona a garantia de uniformidade requerida em contextos com enormes disparidades socioeconômicas e grandes diferenças culturais, além de interrogar quanto dessa unificação e integralidade de proposta parte de um processo de desqualificação e destruição de culturas que diferem hegemonicamente, questionando assim o termo “excelência” divulgado pelos discursos jornalísticos.

De acordo com Fernandes (2015, p. 119), “tradicionalmente, a escola brasileira está pautada por uma pedagogia fundamentada no acerto e erro, na aprovação ou na reprovação, portanto num conceito de avaliação que se norteia por aquilo que não se aprendeu, e não o que já foi aprendido ou está na iminência de acontecer”. O processo da pluralidade de vozes, estilos e sujeitos socioculturais acabam sendo minimizadas ou silenciadas. Nota-se a urgência de uma cultura educacional mais plural que questione estereótipos sociais através da promoção de uma educação intercultural (Candau, 2000).

Tomo aqui a avaliação compromissada com o crescimento e a valorização dos estudantes na perspectiva de avaliar para entender as lógicas de aprendizagens de cada criança e adolescente da instituição (Perrenoud, 2000), para além da aprovação ou reprovação, com dimensões bem mais complexas do que a concepção de medição e classificação que surge no senso comum. Existem escolas que vivem como se a reprovação fosse a “redentora” das dificuldades que não foram solucionadas ao longo do período letivo, acerca dos processos de ensinar e aprender, e tornam a retenção uma estratégia pedagógica tão prestigiosa de solução para as não aprendizagens, que outras possibilidades ficam sem legitimidade projetos e planejamentos escolares (Fernandes, 2012).

Ao longo dos anos, os diversos indicadores que se formularam como resultados de ações de avaliação se desenvolvem no interior do IAP (Instituto de Aplicação) sustentando a legitimidade da instituição considerada de excelência. Com afirma o Jornal “O Globo”, do dia 05 de abril de 2018, em uma de suas reportagens, ao tratar a temática das vagas ociosas da instituição traz um subitem nomeado “Alunos campeões: ensino de excelência” em que detalha a pontuação do Instituto no último censo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), “*o colégio ficou com nota 7,6, acima ou igual à meta prevista para os anos iniciais do ensino fundamental (...) fundado há 61 anos, o IAP é conhecido por oferecer um ensino de excelência*”.

As palavras afirmativas que se configuram no discurso jornalístico, entretanto, amparam a excelência e ocultam a problematização da concepção de realidade ali disposta dificultando o questionamento de sua unicidade ao compreender a disseminação de informações como uma estratégia de dispositivo de comunicação. Um discurso jornalístico que revela dados baseados em práticas avaliativas externas para nomear a excelência da Instituição ao consagrar trajetórias de sucesso desvinculadas das suas redes de relações, discursivas ou não, com a garantia de qualidade entrelaçada a ideia de avaliações como um oráculo que define e classifica as instituições. Dados positivos sobre a instituição baseados nas características do sistema que está em vigor, ancorado na realização de provas, exames nacionais e construção de rankings que simplificam e uniformizam o projeto de qualidade e dificultam as discussão de outros processos de avaliação como referência para suas práticas pedagógicas cotidianas. Outras confirmações aparecem no próprio portal de notícias da universidade, publicada no dia 11 de novembro de 2016, intitulado “Enem por Escola 2015 classifica o IAP entre as melhores escolas públicas do país”, reforçando tal perspectiva.

O Instituto de Aplicação (IAP) foi classificado como a 3ª melhor escola pública do Estado do Rio de Janeiro, a partir da consideração da média das provas objetivas, no resultado do “Enem por Escola 2015”, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ainda de acordo com os dados divulgados até agora, o IAP aparece como a 8ª melhor escola pública do país nos resultados do ENEM, considerando-se a média geral, ou seja, incluindo a nota de redação.

O discurso jornalístico traz a informação com uma operacionalização que se constitui por meio de palavras de ordem.

Como argumenta Deleuze (1999, p.5), tais meios “nos comunicam informações, nos dizem aquilo que julgamos que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos”. Informações positivas aliadas à um projeto de escola configurada por modelos de escolarização que valorizam a homogeneidade de processos, percursos e resultados, divulgados como “excelentes” ao privilegiar conteúdos escolares, materiais pedagógicos, procedimentos didáticos e até alguns poucos ajustes superficiais, de modo a oferecer e a exigir de todos o mesmo resultado.

Noticiários que “não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos” (Deleuze, 1999, p. 5). O que equivale a dizer que a informação é exatamente o sistema do controle (Deleuze, 1999). “A escola, assim constituída, se alia ao discurso que associa o democrático à garantia da igualdade de oportunidades e não à igualdade de direitos” (ESTEBAN, 2014, p.464), desconsiderando a força das relações entre a dimensão econômica e as possibilidades de permanência na escola, ao observar também que muitos estudantes se mantêm na escola com um percurso pouco exitoso ou de fracasso, o que favorece a aceitação das características de uma sociedade desigual e discriminatória, pois aparecem como o resultado natural e inevitável das diferenças individuais evidenciadas em capacidades e esforços.

Outro exemplo noticiado pelo Jornal Extra, no dia 10 de dezembro de 2017, intitulado *‘IAP’, mesmo sem metade do ano letivo, é o melhor colégio estadual na Olimpíada de Matemática*, que pontifica no decorrer da reportagem que “a equipe do colégio repetiu a dose do ano passado com 17 premiações — sendo dez menções honrosas e sete medalhas (duas de prata e cinco de bronze), o que faz do colégio ser o mais premiado daqueles administrados pelo Governo do Estado do Rio”.

Fragments públicos de comunicações impressas, especialmente de jornais recentes, de discursos jornalísticos em defesa da excelência apontam que a repetição configura-se como estratégia prevalente de definição, de convencimento, ou seja, um experimento de naturalização de sentidos considerados inequívocos, bem como a tentativa de estabelecimento dos parâmetros de inteligibilidade pelos quais os fatos apresentados são julgados como ideia aceita no senso comum (VAL&AQUINO, 2013, p.94).

Preocupo o desenvolvimento de uma ação pedagógica que respeite as diferenças de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo. Portanto, como professora considero esmagadora a necessidade que o instituto, como escola pública, dialogue sobre uma “outra/nova/plural/diferente” concepção de qualidade e excelência. Tal reconhecimento, em grande parte, está atrelado à presença das classes populares nesta escola pública considerada de excelência, esse processo traz novas exigências e potencialidades para o cotidiano escolar e para as políticas públicas da Instituição. Reinscreve o debate sobre qualidade e excelência do Instituto de Aplicação e, nele a escolarização como parte da qualidade de vida, ao aproximá-la da história dos direitos fundamentais à diferença.

A crescente aparição das classes populares nas escolas expõe as fraturas particulares do ensino escolar e lança constantes confrontos entre as diferenças que não podem ser apaziguados com o apelo à diversidade (ESTEBAN, 2014). Essa tensão questiona a sustentação das classes populares em posição de subalternidade, que em determinadas práticas avaliativas se tornam ambivalentes, vinculadas simultaneamente a processos de emancipação e negação de apropriação de conhecimento a muitos em suas diferenças.

Longe de tentar explicar o que condiciona essas diferenças, este artigo, perseguiu exatamente o debate sobre alguns discursos legitimados socialmente que orientam processos de construção da cultura avaliativa e que justificam processos de exclusão em curso na instituição, alimentando padrões de desempenho e sentidos de qualidade, ou como trago aqui, a busca pelo status de “colégio de excelência”, partindo do questionamento do termo como “colégio de excelência” e sua lógica no contexto do discurso jornalístico, para propor uma reflexão do processo em que a escola busca tal excelência.

Trata-se de identificar estratégias que possibilitem que os estudantes tenham sucesso onde a diferença está sendo negligenciada ou nem mesmo entra no jogo. Para isto, tal análise aponta como proposta futura, o estudo das trajetórias desses indivíduos que constituem o IAP em sua totalidade, as estratégias de mobilização das diferenças e suas tensões, e principalmente o acompanhamento pedagógico dos alunos, procurando compreender como os alunos ao longo dos anos letivos constituem gradativamente o “conflito ou pacificação” do sucesso, dos percalços, das reprovações, das desistências, do distanciamento da proposta curricular ou dos grandes reconhecimentos internacionais que a Instituição se apropria, nomeia e alicerça a formação escolar.

Para além das vozes que ecoam nas divulgações públicas de comunicações impressas e do decreto de verdade ali apresentada, prossigo as investigações, através da inserção no campo em parceria ao grupo de pesquisa da instituição, em busca de outros caminhos. Caminhos para desestabilizar verdades mais estáveis e seus interesses particulares “autorizando” que outras verdades brotem, promovendo o antagonismo através dos múltiplos discursos. Assim, quem sabe, tais efeitos poderiam ser relativizados ao serem incluídos no contexto investigado, sem generalizações, embora deixem pistas de que não são restritos a um único sujeito, interrogando os procedimentos de significação específica de cada sujeito que faz parte do processo educativo, pois a questão não está apenas na ideologia, na política, no erro, na ilusão, ou quem sabe até na alienação, mas aparece no que é entendido como verdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Vera. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação e sociedade* n°79 - *Dossiê Diferenças*. São Paulo: CEDES: 2002a; pp125-161.

\_\_\_\_\_. Formação continuada de professores: tendências atuais e Universidade e formação de professores: que

rumo tomar? In.: Candau (org.) *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural In: \_\_\_\_\_ (org.) *O currículo nos limiares do contemporânea*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DELEUZE, Gilles. *O ato de criação*. Trad. José Marcos Macedo. Em: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 27 de junho de 1999.

ESTEBAN, M. T. A negação do direito à diferença no cotidiano escolar. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 463-486, jul. 2014.

FERNANDES, Claudia de O. *Avaliação sempre envolve uma concepção de mundo* Revista Criança, MEC, v.3, n. 41, 2006, p. 8-11.

\_\_\_\_\_. *A Escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica - a transição para a escola do século XXI*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Uma análise dos instrumentos que conformam as políticas de avaliação implementadas pelas redes municipais de ensino fundamental do estado do Rio de Janeiro que adotam a organização por ciclos – período 2009-2010*. Relatório de pesquisa, CNPq, 2012.

HERNÁNDEZ, F. e VENTURA, M. *A Organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

KAIUCA, Miriam A. *Com um lápis e um papel ..., cria-se um novo texto: as representações de práticas democráticas nos colégios de aplicação*. 2003. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro.

MOREIRA, A. F. & CANEN, Ana (orgs) *Ênfases e omissões no currículo*. Campinas, SP: 2001

**NÓBREGA, Barbara. Crise leva CAP-Uerj a ter vagas ociosas. Jornal O Globo. Publicado em 05 de abril de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crise-leva-cap-uerj-ter-vagas-ociosas-22558585> . Acesso em: 14 abril de 2018.**

OLIVEIRA, Crizan Sasson Corrêa de. *Se você não quer, faça matrícula no pagou-passou da esquina. Concepções de currículo e avaliação: diálogos sobre um colégio de excelência*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

PERRENOUD, Philippe. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2001b.

PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed Editora 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **'Enem por Escola 2015 classifica o IAP entre as melhores escolas públicas do país'**. *Notícias do Portal – UERJ. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016. Disponível em [http://www.uerj.br/lendo\\_noticia.php?id=](http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=)*. Acesso em: 14 abril de 2018.

VAL, Gisela Mariado. AQUINO, Julio Groppa. *A ordem d o discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da FOLha de S. Paulo de 1996 a 2006*. Educ. rev. [online]. 2013, vol.29, n.1, pp.93-100.

[1] Redimensionamento curricular é um termo usado pela própria instituição para nomear a proposta de antecipação do encerramento do ano letivo de 2016 com reclassificação para o ano de 2017, com fulcro nos artigos 22 e 23 da lei 9.394/96, devido a interrupção do período letivo, reinício tardio e reestruturação curricular para o atendimento aos discentes e conclusão do calendário letivo, interrompido pelas demandas da greve.

[2] O nome aqui empregado é fictício, a fim de preservar a identidade da Instituição.